

# Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)

*Citizenship by a thread: the black associativism in Rio de Janeiro (1888-1930)*

Petrônio Domingues\*

## RESUMO

O artigo procura investigar um tema pouco explorado na historiografia brasileira: o associativismo negro no Rio de Janeiro no contexto da Primeira República. A partir de um amplo levantamento em fontes jornalísticas, foi possível reconstituir, ainda que em breves apontamentos, a trajetória de várias agremiações fundadas por negros e dedicadas às lutas e mobilizações pelos direitos – civis, políticos e sociais – desse segmento populacional.

Palavras-chave: negro; *raça*; cidadania.

## ABSTRACT

The article investigates a relatively unexplored in Brazilian historiography: the black associations in Rio de Janeiro in the context of the First Republic. From a broad survey of journalistic sources, it was possible to reconstruct, albeit in brief notes, the trajectory of several associations founded by blacks and dedicated to the struggles and mobilizations for rights – civil, political and social – of this population segment.

Keywords: black; race; citizenship.

Em 1909, Lima Barreto fez sua estreia como escritor com a publicação do romance *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. A narrativa gira em torno de Isaías, um “mulato” do interior, que desde a época escolar se destacou pela sua inteligência e potencialidade. Sonhava em se tornar doutor. Por intermédio de seu tio Valentim, conseguiu uma carta de recomendação e, incentivado pelas minguadas economias da mãe, viajou para o Rio de Janeiro, em busca de realizar o seu sonho. Deveria procurar o deputado Castro, que lhe iria arrumar um emprego. Chegando ao Rio, hospedou-se no Hotel Jenikalé e conheceu o doutor Ivã Gregoróvitch Rostóloff, jornalista d’*O Globo*. Ao procurar o deputado Castro, percebeu que se tratava de um demagogo. Que decepção. Sem dinheiro ou perspectiva de conseguir emprego, recebeu uma intimação para

---

\*Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bolsista Produtividade em Pesquisa (CNPq). pjdomingues@yahoo.com.br

ir à delegacia depor acerca do roubo no hotel em que vivia. Já na delegacia, ouviu o delegado o chamar de “mulatinho”. Sentiu-se humilhado e as lágrimas desceram dos seus olhos. Saiu do hotel e foi morar numa pensão. Passou a procurar emprego, mas logo percebeu que, devido a sua cor, seria muito difícil progredir na vida. Perambulou pelas ruas do Rio, passou necessidade e teve que vender o que tinha para comer, até se reencontrar com Rostóloff que, ao ouvir o seu drama, ficou sensibilizado e lhe conseguiu um emprego de contínuo na redação d’*O Globo*. Conheceu ali um ambiente de mediocridade, de jornalistas incompetentes e despreparados, mas que desfrutavam de prestígio, ao passo que ele, culto e inteligente, sofria numa posição subalterna. Por esse tempo, seu sonho de se tornar doutor já tinha ido por água abaixo e foi se acostumando com a vida de contínuo, exceto com os dissabores cotidianos relacionados a sua cor. Foi promovido para repórter por Ricardo Loberant, o diretor do jornal. Ganhou dinheiro e proteção. Depois da euforia inicial, bateu forte a melancolia. Sentia-se frustrado, por não ter conseguido redimir pelo diploma a sua ascendência humilde. Decidiu abandonar tudo e regressou à terra natal em vista de reconstruir a vida. Já casado e com a experiência de ter tido dois filhos, que faleceram, escreveu suas memórias – *Recordações do escritor Isaiás Caminha* (Barreto, 1956c).

O problema do “preconceito de cor” entrecruzou o romance. Sem melindres, Lima Barreto aludiu às dificuldades que o personagem Isaiás enfrentava para ser reconhecido como inteligente e respeitado como cidadão. Em carta que escreveu a um colega intelectual, confessou que pretendia mostrar que “um rapaz nas condições de Isaiás, com todas as disposições, pode falhar, não em virtude de suas qualidades intrínsecas, mas, batido, esmagado, prensado pelo preconceito” (Barreto, 1956a, p.238). Tal abordagem causou desconforto em alguns críticos literários. Veiga Miranda, por exemplo, em artigo publicado em São Paulo sobre *Recordações do escritor Isaiás Caminha*, censurou o que viu como um exagero do autor ao tratar do “preconceito de cor”: “Estamos muito longe dos Estados Unidos. Poder-se-ia dizer antes que uma dose de mulatice até influi favoravelmente na carreira do indivíduo”. Lima Barreto então lhe respondeu em carta datada de 29 de outubro de 1917:

Quanto ao preconceito de cor ... diz o senhor que ele não existe entre nós. Houve sempre uma quizília que se ia fazendo preconceito quando o Senhor Rio Branco tratou de “eleganciar” o Brasil. Isto não se prova, sei bem; mas se não tenho provas judiciais, tenho muito por onde concluir. Porque aí, em São Paulo, e em Campinas

também, há sociedades de homens de cor? Hão de ter surgido devido a algum impulso do meio, tanto que no resto do Brasil não as há. (Barreto, 1956b, p.24)

Lima Barreto era um afro-brasileiro bem informado e, a despeito de nunca ter sido um militante em defesa das causas raciais, sabia da existência das “sociedades de homens de cor” nas cidades de São Paulo e de Campinas. Decerto se referia aos vários clubes, associações beneficentes, centros cívicos e grêmios literários criados pelos negros no período da Primeira República. Mas será que ele tinha razão quando afirmava que tais sociedades eram uma exclusividade da experiência histórica afro-paulista? E no Rio de Janeiro, sua terra natal, será que não surgiu nada semelhante? Durante décadas, os historiadores e cientistas sociais brasileiros de um modo geral tenderam a concordar com o escritor de “Vila Quilombo”, no que tange ao não reconhecimento daquelas formas de mobilização racial no Rio de Janeiro. Isso teve algumas implicações acadêmicas. É cada vez mais crescente o número de pesquisas que investiga o tema do associativismo negro em São Paulo. Centradas na ampla rede constituída por clubes, jornais, grupos educacionais, centros cívicos, grêmios literários e associações beneficentes, essas pesquisas vêm etnografando e desvendando os múltiplos sentidos e significados do associativismo negro em terras *bandeirantes*.<sup>1</sup> Em contrapartida, não se pode falar o mesmo para o estado vizinho. É escasso o conhecimento dessas modalidades de agenciamento e sociabilidade entre os negros do Rio de Janeiro<sup>2</sup> e há inclusive quem já tenha postulado que estes, devido às suas peculiaridades históricas e culturais, pouco desenvolveram ou simplesmente não conheceram aquelas formas de associativismo. Será que essas assertivas dicotômicas, as quais separam a experiência histórica da diáspora negra de São Paulo e do Rio de Janeiro de forma essencialista, têm lastro nas fontes e evidências?

Antes de nos debruçarmos sobre os fatos, vale dizer que este artigo se insere na atual tendência da produção historiográfica dedicada às formas de participação política e cultural na Primeira República. Não se trata de apagar uma série de experiências de mobilização e organização de atores coletivos em torno de questões de seu interesse. Ainda que se desconheça – notadamente por falta de estudos –, existiu uma fecunda e complexa movimentação protagonizada por trabalhadores, mulheres, negros, setores de classes médias e populares no campo da participação política, que alcançou formatos variados. Em vez do apagamento, o artigo investe num conjunto de articulações e ações proativas, abrangendo diferenciados atores e grupos sociais, “que demandavam políticas às autoridades públicas, propondo e implementando uma série de

iniciativas através de suas formas de associativismo” (Gomes; Abreu, 2009, p.4). Aqui, associativismo é uma noção dinâmica envolvendo um processo contraditório e conflitivo que combina resistência, assimilação e (re)apropriação de ações coletivas e formas organizativas para a defesa dos interesses específicos do grupo. Evidentemente, a reconstituição integral do passado é uma “utopia”, como Jacques Le Goff bem salienta. Mas “o que há de mais tentador do que fazer reviver o que a história tradicional deixara na sombra do silêncio?” (Le Goff, 1989, p.232-233).

### HOMENS DE COR, UNI-VOS!

No início de 1888, José do Patrocínio impulsionou uma articulação na Corte que culminou na fundação da Sociedade Liga dos Homens de Cor.<sup>3</sup> O que sabemos sobre ela é o que apareceu na imprensa. Em abril daquele ano, a associação comunicou, por intermédio da *Gazeta de Notícias*, que estava instalada na Rua de São Pedro, n. 292, na região central do Rio de Janeiro. Sua finalidade era “desenvolver intelectual e moralmente a raça negra e cruzada, e restituir-lhe na comunhão brasileira a autonomia que lhe foi roubada pela escravidão”.<sup>4</sup> A princípio sua secretaria funcionava de segunda a sábado, das 18 às 20 horas, e aos domingos, a partir das 17 horas. Excepcionalmente, a secretaria abria pelo período da manhã, entre 9 e 12 horas. Regida por estatuto social lavrado em cartório – cuja cópia foi distribuída para cada um dos associados –, a Liga dos Homens de Cor promovia conferências sobre “interesses gerais da sociedade”, que ocorriam todos os domingos às 19 horas; reuniões sociais, assembleias, homenagens a aliados tidos como beneméritos e, obviamente, ações a favor dos “homens de cor”. Sua diretoria era composta por Antonio Luiz do Espírito Santo Castro (seu primeiro presidente), José do Patrocínio, Geraldo José Alexandre das Mercês, Assindino Serveliano José Gomes, Agostinho Alves e Honorato de Santa Rosa, entre outros.<sup>5</sup>

A *brazilianist* Rebecca Bergstresser indica a participação da associação nos debates raciais que foram travados na efervescente conjuntura de colapso do regime escravista; todavia, não dimensiona seu grau de envolvimento na campanha abolicionista (Bergstresser, 1973, p.177-188). O que coligimos é que, na semana que antecedeu o 13 de maio de 1888 – data da extinção do cativo – e nas duas semanas posteriores, a Liga dos Homens de Cor ficou em estado de alerta, convocando seus associados a se reunirem em assembleia geral, para “tratar de negócios urgentes” e de “pronta solução”. Talvez os “negócios urgentes” consistissem no novo e pulsante momento da conjuntura nacional, nas

redefinições do quadro social e na situação dos libertos. Como representá-los? Como agenciá-los no exercício da cidadania e garantir seus direitos expandidos na nova ordem? Em “honra à abolição do elemento servil”, a Liga se reuniu no dia 14 de maio e sua diretoria remeteu um ofício ao “redator-chefe” do *Diário de Notícias*, solicitando-lhe “abrir uma subscrição em seu escritório, à disposição do público, cujo produto se destine a uma estátua à Liberdade”.<sup>6</sup> Uma das “prontas soluções” vislumbradas foi a criação de uma unidade de ensino nas dependências da associação. Em agosto de 1889, encontravam-se “abertas as aulas do curso primário, funcionando nos dias úteis das 19h00 às 21h00”, para os associados e seus familiares “do sexo masculino”. Eram ministradas aulas de português, aritmética, história e geografia.<sup>7</sup> Devido às divergências de ideias, José do Patrocínio passou a sofrer oposição no seio da Liga dos Homens de Cor e dela acabou se desligando.<sup>8</sup> Sem a participação de uma de suas principais lideranças, a agremiação não procrastinou para entrar em crise e, embora tenha mantido “aulas noturnas” por um período, fechou suas portas muito provavelmente em 1890.

José do Patrocínio foi um personagem fugidio. Dotado de espírito de liderança e inserido numa rede de alianças e negociações, foi pivô de uma série de contendas e controvérsias. Militou em várias trincheiras, algumas das quais simultaneamente; desenvolveu uma retórica racial que evocava os ex-escravos, libertos e “homens de cor” e assumiu embates em questões como a Abolição, a Monarquia e a República.<sup>9</sup> Em meados de 1888, quando ainda se articulava a Liga dos Homens de Cor, seu nome passou a ser associado à formação da Guarda Negra da Redemptora. Se não o fundador, José do Patrocínio foi um dos apoiadores, para não dizer o “presidente honorário”,<sup>10</sup> da associação negra que mais ganhou visibilidade na opinião pública nacional no final do século XIX. Nas folhas fluminenses, por exemplo, há sobre ela dezenas de citações, notas e reportagens. Segundo a *Cidade do Rio* – jornal de propriedade de Patrocínio e dirigido por ele –, a Guarda Negra da Redemptora foi criada pelos “pretos libertos Higino, Manoel Antonio, Jason, Aprígio, Gaspar e Teócrito”, quando se reuniram na casa de Emílio Rouéde, um “infatigável abolicionista de todas as tiranias”, na noite de 9 de julho de 1888. Seu intuito era se dedicar de “corpo e alma e em todos os terrenos à defesa do reinado” da princesa Isabel, por tê-los feito “cidadãos”. Tratava-se, assim, de um gesto de gratidão de um grupo de “libertos” à “excelsa senhora”. Ao final da reunião, foi aprovada uma minuta contendo seis pontos: 1º “Criar-se uma associação com o fim de opor resistência material a qualquer movimento revolucionário, que hostilize a instituição que acabou de libertar o país”; 2º “Só poderem fazer parte, como

sócios ativos, os libertos que se comprometerem a obedecer aos mandatos de uma diretoria eleita por maioria absoluta, em votação que se efetuará em momento oportuno”; 3º “Poderem ser sócios efetivos unicamente os que considerem o ato memorável do dia 13 de Maio, acontecimento digno da admiração geral e não motivo para declarar guerra à humanitária princesa que o realizou”; 4º “Pedir à Confederação Abolicionista o seu apoio, para que esta sociedade se ramifique por todo o Império”; 5º “Pedir à imprensa que participa desse sentimento o seu valioso concurso”; 6º “E último. Aconselhar por todos os meios possíveis os libertos do interior que só trabalhem nas fazendas daqueles que não juraram guerrear o Terceiro Reinado”.<sup>11</sup> Portanto, a novel associação, que acenava pelo caminho da institucionalização, teria critérios de admissão, eleições internas, diretoria, programa de ação, perspectiva de expansão por todo o país; desenvolveria uma política de alianças (que se estenderia da “imprensa” aos “libertos do interior”) e lutaria pelo Terceiro Reinado.

Em junho de 1887, com a doença e viagem de D. Pedro II para tratamento de saúde na Europa, sua filha princesa Isabel assumiu pela terceira vez a regência do Império e, a partir daquele instante, começaram as especulações a respeito da continuidade da Monarquia no Brasil, em um possível Terceiro Reinado. A doença do pai agravou e Isabel procurou pavimentar o caminho para o trono, por meio de uma política de aproximação com o abolicionismo moderado e pragmático. Com a assinatura da Lei Áurea – medida que assegurou base de sustentação popular para a Monarquia –, ela acreditava ter garantido o Terceiro Reinado para si (Daibert Jr., 2007). Mas o movimento republicano tornou-se um perigoso inimigo, que ameaçava a concretização de seus sonhos. Foi aí que entrou em cena a Guarda Negra da Redemptora. Segundo Emílio Rouéde, a associação “se organizou para resistir e não para atacar”. Os ex-senhores, inconformados com a Abolição sem indenização de suas “propriedades”, transformaram-se do dia para a noite em republicanos, formaram uma “caixa” destinada a financiar a “revolução” e decidiram “guerrear em todos os terrenos o Terceiro Reinado, satisfazendo assim os seus sentimentos de ódio à Monarquia”.

Se os ex-senhores de escravos não tivessem feito apelo à revolução, declarando guerrear fora da órbita legal o reinado futuro da Santa Mulher que sacrificou o seu trono [em prol] da libertação do Brasil, os libertos não se teriam congregado para responder aos *vivas* à República dados pelos seus antigos senhores de ontem, republicanos de hoje, com o *vivas* à Monarquia; e enfim se os neo-republicanos não tivessem jurado sacrificar vidas e fazendas pela República, que promete

dar cabo do *despotismo* e da *tiranía* da dinastia reinante, os novos cidadãos não teriam jurado por sua vez preferir mil vezes morrer, defendendo aquela que os libertou, a morrer nas gargalheiras da escravidão amarrados aos pés dos cavalos nas estradas da Paraíba do Sul.<sup>12</sup>

A Guarda Negra da Redemptora emergiu num contexto de tensões, conflitos e polarizações entre os diversos segmentos que disputavam o complexo jogo de poder político. Havia os “ex-senhores”, que não admitiam a Abolição sem indenização e passaram a desferir críticas virulentas contra o Império; havia os republicanos, cujas proposições ganhavam espaço na esfera pública e ameaçavam cada vez mais o projeto do Terceiro Reinado da princesa Isabel. Mas também havia os monarquistas, cujos ideais de realza eram compartilhados por muitos “negros”<sup>13</sup> e deitavam raízes no imaginário popular da Corte, e os “libertos”, com suas visões, expectativas e aspirações próprias. Proteger a Monarquia, em especial a figura de Isabel, dos ataques dos “ex-senhores” e republicanos, não significava apenas um gesto de gratidão. Na avaliação dos “libertos” que se aglutinaram na Guarda Negra, defender a Princesa e o seu projeto de Terceiro Reinado significava, em última instância, defender a própria Abolição.<sup>14</sup> A associação cresceu ao longo do tempo. Com 5 meses de existência, contava com mais de trezentos alistados. Em estimativa pouco confiável, fala-se que, em seu apogeu, recrutou entre 1.500 e 1.600 adeptos (Buarque, 1964, p.83). Suas atividades básicas consistiam em assembleias, reuniões cívicas, desfiles e participação em eventos oficiais. Desde o final de 1888, ela ganhou notoriedade na crônica fluminense. Convertida em força institucional no tabuleiro da política, chegou a ser chamada de “partido”, já que lutava por “restituir ao homem de cor o direito que lhe foi roubado de intervir nos negócios públicos”.<sup>15</sup> Nas ruas, seu espectro passou a rondar qualquer festa cívica, ato público ou propaganda política.

Surgiu a versão de que a Guarda Negra não era uma mobilização espontânea de “libertos” e sim uma horda de “desordeiros”, “vagabundos” e “capoeiras” subvencionado pelo governo, através de João Alfredo (presidente do Conselho de Ministros e chefe do gabinete conservador), para impedir, pelo terror, o movimento republicano. É verdade que a Guarda Negra promoveu alguns ataques a *meetings* republicanos, valendo-se inclusive da violência,<sup>16</sup> entretanto não está comprovado que seus membros se resumiam a “masorqueiros”, que foram manipulados pelos brancos num plano “ardiloso” e “reacionário” (Ricci, 1990, p.109-111). José do Patrocínio argumentou mais de uma vez que a associação era “composta de libertos” – seriam “os 13 de Maio”.<sup>17</sup>

Homens que “vieram do eito”, “vieram da escravidão”, os quais, ao travarem lutas informados por noções de raça, liberdade e cidadania, fizeram escolhas – e escolhas conscientes, agenciando-se numa associação tão legítima como qualquer outra. Na opinião de Carlos Eugênio Soares, a Guarda Negra foi a primeira instituição que “utilizou o termo *negro* no sentido positivo e político da palavra, e automeado” – algo que deve ser visto pelos estudiosos atuais como sinal diacrítico de uma “nova linguagem política, racial, abrangente, que foi subitamente calada” (Soares, 2008, p.50-51). Não se trata, portanto, de acoi-mar, anacronicamente, esse grupo de “libertos” monarquistas<sup>18</sup> de alienados ou reacionários, mas antes procurar entendê-lo em seus próprios termos. Como assinala Flávio Gomes, a Guarda Negra “tinha vários sentidos e significados para diversos personagens e agentes”. A versão “vencedora – pelo menos provisoriamente – foi a memória histórica das ideias de ‘manipulação’ e de ‘gratidão’, e não aquela do emaranhado de lutas, disputas, projetos e expectativas” (Gomes, 1991). Nos últimos meses de 1889, margeando a proclamação da República, a Guarda Negra desapareceu do noticiário e, aparentemente, das ruas da cidade.

Para muitos ex-escravos, escudar a Monarquia, e mais notadamente a princesa Isabel, significava, no limite, garantir a liberdade. Não foi por acaso que, no dia 13 de maio de 1888, um grupo de libertos fundou na Corte uma associação beneficente denominada justamente “D. Isabel, a Redemptora, a fim de perpetuar a Lei n. 3.354 [a Lei Áurea], que aboliu a escravidão”, e amparar os necessitados. Sob a suposta proteção de “S. A. Imperial Regente”, a associação estabeleceu diversas categorias de sócios, que poderiam receber uma pensão de 10\$ até 20\$000. “Tendendo a tão grandioso fim”, avaliava *O Apostolo*, a D. Isabel, a Redemptora, “não será considerada com indiferença”. Preságio que se confirmou no transcorrer do tempo. Muitos libertos acorreram à novel associação.<sup>19</sup> Com um mês de funcionamento, ela já havia admitido cerca de 2.083 sócios em 27 de junho – trata-se de uma estimativa exagerada, mas que serve de indicador para refletir sobre a acolhida da proposta. A associação resolveu “dar-se um espetáculo em seu benefício”, ou seja, decidiu promover a encenação do “festejado drama abolicionista a *Cabana do Pai Thomaz*” no teatro Recreio Dramático – “no dia 29 de julho, aniversário de Sua Alteza a Princesa Imperial” –, em vista de arrecadar recursos para arcar com as despesas de sua estruturação.<sup>20</sup> Foi nessa fase que ela realizou assembleia geral para discutir o projeto de estatuto. Após 3 meses de discussão, foi aprovado o estatuto social, documento no qual ficavam definidas as linhas mestras – a



denominação, a natureza, a estrutura, a constituição, o ideal e as finalidades – da associação.

Provisoriamente, a secretaria da A. B. D. Isabel a Redemptora foi alocada em sala do prédio da Congregação dos Artistas Portugueses, à rua do Regente, n. 70, no centro do Rio de Janeiro. Seu expediente era diário, das 16 às 18 horas, com reuniões do Conselho Administrativo no primeiro e terceiro domingos de cada mês, sempre ao meio-dia. A associação oferecia, se não facilitava, o acesso a alguns bens e serviços. Conforme informou a *Gazeta de Notícias*, o médico João Antonio de Oliveira Maggioli atendia aos “consórcios” da Isabel, a Redemptora. Para tanto, estes tinham de se munir “na secretaria da competente guia para serem atendidos”.<sup>21</sup> No momento em que epidemias, como as de tuberculose, febre amarela, varíola e cólera gravavam preocupação na Corte, o farmacêutico Cornélio dos Santos Tavares, “estabelecido à rua do Conde d’Eu, ofereceu à diretoria da Associação Beneficente D. Isabel a Redemptora, da qual era sócio fundador, os medicamentos precisos, para os associados que fossem acometidos da epidemia reinante”.<sup>22</sup> Quando a associação consolidou sua estrutura político-administrativa, mudou de endereço, acomodando sua sede na rua São Joaquim, n. 185. Ponto de encontro, sociabilidade e troca de experiências, a sede permanente inaugurou um novo momento de realizações. Foi nessa fase que a associação mais dinamizou suas atividades, por meio de assembleias (ordinárias e extraordinárias), reuniões sociais, festas e comemorações, sem mencionar os tributos rendidos à princesa Isabel. Segundo a *Cidade do Rio*, ocorreu no Paço Imperial, no dia 29 de julho de 1889, um cortejo pelo aniversário de “Sua Alteza”. Foram cumprimentá-la diversas comissões, entre as quais a da A. B. D. Isabel a Redemptora.<sup>23</sup>

A “Sua Alteza” era cultuada pelos serviços prestados à nação brasileira, no geral, e aos negros, em particular. Ao ser a signatária da Lei Áurea, ela capitalizou para si a imagem de benemérita, “santa” e redentora (Daibert Jr., 2004, p.209-221). Para a associação, a Princesa Isabel era a responsável pela vitória dos cativos e pela incorporação dos diferentes segmentos no seio da nação. Sob seu manto protetor (e em comunhão), brancos, negros e índios eram acolhidos. O 13 de maio de 1888 teria significado a redenção da “raça estigmatizada pela escravidão”, garantindo a conquista de um direito fundamental da cidadania: a liberdade formal. Pela primeira vez todos os brasileiros foram considerados iguais perante a lei, em sua condição de liberdade. Representava um marco na história da nação, por isso jamais poderia ser esquecido. Todos os anos a A. B. D. Isabel a Redemptora comemorava “dignamente” a data da “libertação” dos escravos, investindo em sessões solenes, homenagens

aos abolicionistas, celebrações rituais de “Sua Alteza”, discursos de oradores e, no final, bailes. A lealdade dos associados em relação à princesa Isabel devia-se também a uma visão do regime monárquico. De acordo com Eduardo Silva, muitos negros, influenciados pelas tradições africanas, sentiam-se súditos de uma monarquia fundada no direito divino e hereditário, por isso viam o imperador Pedro II, a imperatriz e a princesa como seres sagrados, isto é, “deuses” da nação brasileira, que deveriam ser tratados com reverência e distinção.<sup>24</sup> O culto à família real, entre a “população de cor”, teria aumentado em consequência da abolição da escravidão.<sup>25</sup>

Em 1893, a A. B. D. Isabel a Redemptora apareceu em novo endereço: um sobrado espaçoso da rua do Hospício, n. 242. Paradoxalmente, a partir dali suas atividades não mais repercutiram. Sem a mesma inserção de outrora, ela ainda reuniu forças para atravessar mais de uma década de vida. A última notícia sobre ela foi veiculada no *Jornal do Brasil*, de 19 de maio de 1902: “Às 9 horas da noite de anteontem realizou-se no vasto salão da Associação Beneficente D. Isabel, a Redemptora, a sessão solene comemorativa do 14º aniversário da fundação da mesma”. Sob a presidência de Pedro da Silva Monteiro, foram abertos os trabalhos, depois de “brilhante *ouverture* executada pela Estudantina União, que graciosamente abrilhantou o ato”. Foram proferidos vários discursos, sendo o oficial realizado por Mario Vianna. Após a sessão iniciou-se um baile “animado”, que se estendeu até a madrugada.<sup>26</sup>

A Sociedade Beneficente Estrella da Redempção foi outra instituição dos “homens de cor” que nasceu na Corte no turbulento ano de 1888. No entanto, a primeira nota compilada sobre ela – e publicada na *Gazeta de Notícias* – é do limiar do ano posterior.<sup>27</sup> Criada por Marcolino Augusto de Azevedo, Lucrecio do Nascimento, Jorge Tibério Mariano, Francisco Xavier Valentim e Manuel Júlio Guimarães, entre outros, a Estrella da Redempção foi se edificando passo a passo, instituindo as regras de organização e funcionamento, adotando seus símbolos diacríticos – estandarte, por exemplo –, estabelecendo os direitos e obrigações do corpo de associados, o seu perfil, as normas para sua admissão e desligamento etc. Com sua sede alugada na rua Visconde de Itaúna, n. 97, mantinha uma diretoria, realizava sessões cívicas e assembleias periódicas e, na medida do possível, impulsionava atividades em conjunto com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Do ponto de vista de sua atuação, a associação se notabilizou por tentar assistir os libertos e celebrar a memória dos abolicionistas e, especialmente, da princesa Isabel. Para não me alongar, basta citar uma reportagem publicada no periódico *O Brasil* em 1891:

Alguns homens de cor, reunidos à Sociedade Beneficente Estrella da Redempção, querendo festejar o aniversário natalício da Sereníssima Princesa D. Isabel, mandam celebrar um *Te-Deum laudamus*, na igreja de S. Joaquim, hoje, 2 de agosto, às 6 horas da tarde. Preparará por intenção da mesma Senhora o Rvm. monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito. A comissão abaixo assinada convida o respeitável público desta capital para assistir a esse ato de religião e tributo ao mesmo tempo de gratidão, que os libertos rendem à exilada Senhora, mas sempre Redemptora dos cativos. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1891. A comissão: Marcolino da Costa Cirne, Lucrécio do Nascimento, Jorge Tiberio Mariano.<sup>28</sup>

A Estrella da Redempção jamais adquiriu projeção pública. Sem envergadura e perspectivas de futuro, a associação foi perdendo sua base de sustentação. A última notícia acerca dela remonta ao ano de 1893.<sup>29</sup> Se para alguns negros a Monarquia – especialmente sob o comando da princesa Isabel – era a única forma de governo que possibilitava a “reabilitação” da “raça estigmatizada pela escravidão”, para outros a melhor alternativa era a República. Não bastava incidir nas fronteiras da escravidão e liberdade; era necessário construir uma nova estrutura institucional, que colocasse por terra o “Antigo Regime”. Se a “liberdade matara o absolutismo, a democracia extinguiria os privilégios” (Mello, 2011, p.126). Em 6 de junho de 1889, a *Cidade do Rio* noticiou que “acabara de ser fundado nesta Corte o Club Republicano dos Homens de Cor”, por iniciativa dos cidadãos Deocleciano Martyr e José de Souza Coelho. Na reunião realizada na casa deste último, “ficaram definitivamente lançadas as bases da nova sociedade”, que teria como intuito “fazer propaganda das ideias republicanas, contra as instituições vigentes”. Contando com a presença de “55 cidadãos de cor”, a reunião terminou com diversos discursos de congratulações, “havendo em seguida um profuso *lunch*, durante o qual foram trocados brindes entusiásticos. O brinde de honra foi levantado pelo cidadão Deocleciano Martyr, saudando a República Federal Brasileira”.<sup>30</sup> O brado dos republicanos de cor no Rio de Janeiro ecoou no estado vizinho. Em sua edição de 2 de agosto de 1889, *A Patria*, um “órgão dos homens de cor”, de São Paulo, insurgia-se contra a monarquia e fazia profissão de fé no sistema de governo republicano, o único que seria capaz de garantir os direitos dos cidadãos em condições de igualdade, “combatendo todos os preconceitos que existem contra a raça de cor”, encorajando-a “a procurar na educação, no trabalho, na família a solidificação de seus direitos”. Foi nesse contexto que o grupo ligado ao jornal *A Patria* rechaçou a proposta da Guarda Negra e a um só tempo solidarizou-se com a formação do Club Republicano dos Homens de Cor da Corte: “Sim, fluminenses, a vossa

ideia foi sublime, os vossos fins são grandiosos!”. Somente com a República os “homens de cor”, outrora escravizados, teriam descanso para o resto da vida, “sob o domínio da democracia, onde domina o governo do povo pelo povo, na Pátria então verdadeiramente livre”.<sup>31</sup>

Esposando a campanha republicana, que ganhava cada vez mais adeptos e simpatizantes de diversos extratos sociais e étnicos pelo Brasil afora (Bergstresser, 1973, p.165-166), o Club Republicano dos Homens de Cor patrocinou recepções, conferências e assembleias e participou de atividades de propaganda e agitação. Sua principal liderança – Anacleto de Freitas (de alcunha “moço preto”) – articulava noções de liberdade, raça e cidadania, acreditando que a República eliminaria as distinções de “castas” e “cores”. Adotando as divisas “liberdade, igualdade e fraternidade” em seu programa, a associação enfrontou-se nos festejos comemorativos do centenário da Revolução Francesa em 14 de julho de 1889. Às 11 horas da manhã houve uma passeata que, tendo à frente uma banda de música, percorreu várias ruas do centro do Rio de Janeiro, saudando a imprensa e o consulado francês. Após a passeata, ocorreu uma “sessão magna” no edifício do Congresso Brasileiro. Compareceu grande número de cidadãos. Abriu a sessão Lopes Trovão, que pronunciou um discurso celebrando a “grandiosa data”. Quintino Bocaiuva falou em seguida, pronunciando um discurso “contagante”. Outros oradores ocuparam a tribuna, entre eles Anacleto de Freitas, em nome do Club Republicano dos Homens de Cor. Tudo transcorria na normalidade, até que, às 14h30, terminou o evento e algumas pessoas que saíram do recinto gritaram “vivas à república”. Daí um grupo que estava na rua, quicá ligado à Guarda Negra, reagiu com “vivas à monarquia e *morras* aos republicanos”. Os ânimos se exaltaram e o clima ficou de guerra. A polícia intercedeu e conseguiu dispersar os grupos adversários, que seguiram em sentidos diferentes. Quando, porém, Lopes Trovão e um “grande número” de estudantes se dirigiram pela rua do Ouvidor, encontraram-se com “populares, armados de cacetes, que de novo irromperam os *vivas* à monarquia e os *morras* aos republicanos”. Ao chegarem entre as ruas Uruguaiana e Gonçalves Dias, deflagrou-se um conflito generalizado – com cacetes, pedradas e até tiros de revólver – do qual resultaram vários feridos. Dentre eles, Pedro Justo de Souza, brasileiro, de 24 anos de idade, solteiro, empregado da confeitaria da rua de Estácio de Sá e morador no Largo do Catumbi, n. 72. Pedro declarou à polícia que fazia parte da “Guarda Negra, e que vindo com alguns de seus companheiros, pela rua do Ouvidor, a darem vivas à monarquia, foram nessa ocasião agredidos por estudantes e caixeiros que contra eles dispararam tiros de revólver, recebendo ele nesse ato o ferimento que apresentava”.<sup>32</sup>

Esse e outros episódios correlatos sugerem como os “homens de cor” participavam dos debates políticos candentes da Corte, ora unidos, ora afastados, ora em campos opostos. Não constituíam um bloco monolítico, mas antes uma arena fluida, plural e multifacetada, calibrada por diferentes experiências político-culturais, perspectivas de cidadania e narrativas de igualdade. Mais do que jogo retórico, suas convicções eram defendidas na *raça* – ou na ponta do cacete –, o que por vezes resultava em troca de farpas, brigas, agressões e lesões corporais. Naquela altura, a campanha republicana ganhava as ruas, as praças, os cafés, a imprensa e o parlamento.<sup>33</sup> Jornais, associações civis, agremiações partidárias, líderes políticos, intelectuais e ativistas condenavam energeticamente o sistema monárquico. Na medida em que a campanha se avolumava e o quadro de tensões, incertezas e disputas político-ideológicas aumentava, os republicanos de cor – uma faceta pouco conhecida do movimento republicano brasileiro – desfraldavam suas bandeiras. Em 3 de julho de 1889, *O Paiz* publicou um documento do Club Republicano dos Homens de Cor, no qual conclamava os “co-religionários” a plena participação nas eleições que se avizinhavam:

A diretoria do Club Republicano dos Homens de Cor vem por meio deste apelar para o eleitorado dos homens de cor republicanos, para que votem nos candidatos do partido que forem eleitos em escrutínio prévio. É preciso não recuarmos diante deste governo, que na Câmara dos Deputados disse que havia de exterminar esse movimento, que é hoje quase que aspiração nacional; é preciso mostrarmos que somos homens para a luta, quer por meio das urnas, quer por meio da palavra e quer por meio da força! É preciso repelirmos esse labéu, porque fomos taxados de especuladores, de despeitados e em suma fomos ameaçados por esse governo áulico. É preciso provarmos a esse governo de *cobre* que nós não tememos a ameaças, não somos especuladores e sim queremos o bem da pátria! É preciso não recuarmos perante essa capangagem desenfreada, que vai aparecer no dia das eleições para nos ameaçar e atemorizar para assim nós não votarmos; é preciso nesse dia estarmos todos lá, quer os eleitores ou não, para repelirmos estes infames perturbadores da ordem pública; é preciso mostrarmos a esse governo que ainda há nesse grande torrão brasileiro homens que morrem por uma causa! O nosso partido não tomará impulso sério enquanto não entrar em ação. É preciso nesse dia estarmos decididos a tudo e não recuarmos ante a navalha e o cacete do capoeira, porque nossa facha patriótica será – vencer ou morrer! Portanto a postos! Às urnas! Avante patriotas e teremos a nossa santa e justa causa ganha!!!<sup>34</sup>

Os republicanos de cor eram convocados a comparecer às urnas no dia 6 de julho, fosse para votar, fosse para apoiar seus “co-religionários” no escrutínio prévio que indicaria os nomes dos candidatos nas eleições para senador, marcada para 4 de agosto. Não deviam se intimidar com as ameaças do governo monarquista. Pelo contrário, deviam fazer valer seus ideais, nem que, para tanto, fosse necessário enfrentar “a navalha e o cacete do capoeira” e “morrer pela causa”. Nem sempre, porém, os republicanos de cor puderam se manifestar publicamente. Em 24 de setembro, Deocleciano Martyr, um dos fundadores do Club Republicano dos Homens de Cor, procurou o *Diário do Commercio* para denunciar que, ao tentar fazer um *meeting* no Largo de São Francisco de Paula, no centro do Rio de Janeiro, recebera uma carta anônima, contendo ameaças à sua vida, “se levasse a efeito a resolução anunciada. Disse-nos o Sr. Deocleciano que atribuía essas cartas à polícia, que não lhe vedando fazer o *meeting* anunciado, armava-lhe assim uma cilada”.<sup>35</sup>

Depois de uma longa jornada – trilhada por caminhos tortuosos e permeados de ambivalências –, a República foi instaurada no Brasil, em 15 de novembro de 1889, por meio de um golpe militar que destituiu D. Pedro II do poder.<sup>36</sup> Não sabemos, ainda, como o Club Republicano dos Homens de Cor interpretou a “queda da bastilha” monarquista e reagiu à nova forma de governo. Possivelmente seus associados renovaram as expectativas e esperanças no advento de uma ordem democrática, com liberdade, igualdade (perante a lei) e participação popular.<sup>37</sup> A agremiação continuou tentando arregimentar a “população de cor” por determinado período. Em 7 de dezembro de 1889, a *Gazeta da Tarde* publicava a seguinte nota: “O cidadão Anacleto de Freitas convida todos os homens de cor a comparecerem amanhã, às 4 horas da tarde, no largo de Santa Rita, a fim de tratarem de seu bem-estar”.<sup>38</sup> Durante o ano de 1890, o Club Republicano dos Homens de Cor interveio, ou tentou intervir, em questões ligadas à agenda nacional, apoiando a gestão de Quintino Bocaiuva, um republicano histórico, à frente do Ministério das Relações Exteriores e propugnando medidas que expressassem a vontade do “povo”, em sua “verdadeira e genuína aceção”.<sup>39</sup> Nos anos de 1891 e 1892, temos poucas informações sobre a agremiação. Talvez ela tenha se desestruturado paulatinamente. Isso não impediu que Deocleciano Martyr acompanhasse a sessão “magna” em homenagem a Tiradentes – o principal “herói” republicano<sup>40</sup> – no salão de honra da “intendência municipal”, na noite de 21 de abril de 1892. Presidiu a sessão Sampaio Ferraz. Diversas lideranças políticas fizeram uso da palavra, entre as quais o próprio Deocleciano. Segundo a *Gazeta da Tarde*, “foi enorme a concorrência [ao evento], tendo comparecido o marechal Floriano Peixoto

e os membros do ministério [de seu governo]. O marechal Floriano Peixoto, ao retirar-se, foi saudado por todos os presentes, tocando o hino nacional duas bandas de música”.<sup>41</sup> O Club Republicano dos Homens de Cor entrou em refluxo e, ao que tudo indica, ficou inativo por mais de um ano, até que, em agosto de 1893, Anacleto de Freitas empreendeu um trabalho de agregação e, um mês mais tarde, reorganizou a entidade, tornando-se seu presidente. Quando chegou o 15 de novembro – data do terceiro aniversário da proclamação da República –, o Club Republicano dos Homens de Cor preparou uma cerimônia pomposa e resolveu oferecer ao seu “digno” presidente uma “lapiseira de ouro”.<sup>42</sup> Apesar dos esforços de Anacleto de Freitas, a agremiação não sobreviveu aos reveses do tempo e sumiu das folhas fluminenses.

Nesse panorama, há registros de outras associações dos “homens de cor”. Em 27 de julho de 1888, a *Gazeta da Tarde* anunciou o surgimento do Grêmio Literário Treze de Maio, um “club para tratar de ciências e letras”.<sup>43</sup> Em 15 de maio de 1889, a *Cidade do Rio* publicou um extrato da ata de fundação da Caixa Beneficente José do Patrocínio, cuja sede foi instalada, “até ulterior deliberação”, na redação do jornal *Cidade do Rio*, à rua do Ouvidor, n. 97. José do Patrocínio, o líder abolicionista, “foi aclamado presidente honorário e protetor perpétuo”, ao passo que seu progênito, José do Patrocínio Filho, foi nomeado “sócio beneficente” por unanimidade de votos.<sup>44</sup> Nas primeiras décadas do século XX, novos dilemas e impasses desafiavam a afirmação da cidadania. Se a Abolição garantiu a equiparação jurídica dos brasileiros e a República assegurou as prerrogativas constitucionais, em ambas as instâncias os dispositivos democráticos precisavam ser aprimorados. “Não apenas a exigência do cumprimento de direitos civis”, pondera Hebe Mattos, “mas também a reivindicação de expansão dos direitos políticos e de novos direitos sociais desde cedo estiveram presentes na cena pública da jovem república” (Mattos, 2012, p.118).<sup>45</sup> É nesse contexto que o associativismo continuou sendo visto pelos negros como um importante espaço de construção de identidades e de luta por direitos, *empoderamento* e igualdade. No dia 16 de abril de 1903, o *Jornal do Brasil* publicou a seguinte nota: “Amanhã: Confederação Brasileira dos Homens de Cor, assembleia de instalação, às 7 horas, à rua do Lavradio, n. 164”.<sup>46</sup> Não dispomos de mais informações sobre essa associação, no tocante à sua estrutura, organização e linha de atuação. O que a imprensa revela é que ela mantinha uma diretoria, cujo secretário denominava-se Antonio Silvério de Oliveira, mudou o endereço de sua sede uma vez, indo para a rua da Saúde, n. 173, no centro do Rio de Janeiro, e costumava premiar os “confederados” com donativos, em sorteios mensais.<sup>47</sup> Em 29 de abril de 1909, a *Gazeta de Notícias*



comunicava que o professor Aristides Mendo faria “brevemente”, em um dos teatros da capital, “uma conferência para tratar da organização do Grêmio dos Homens de Cor, com ramificações em todo o país”. Uma semana depois, *O Paiz* publicou nota semelhante: o professor Aristides Mendo “realizará uma conferência num dos nossos teatros, para a constituição do Grêmio dos Homens de Cor, sociedade que pretende organizar no Rio de Janeiro, com ramificações em todos os centros populosos do mundo”.<sup>48</sup> Será que a ideia ambiciosa do professor Aristides Mendo vingou? E, se vingou, será que o Grêmio dos Homens de Cor alcançou inserção nacional e quicá internacional? O fato é que nada sabemos quanto à trajetória dessa associação.

No início de 1909, o advogado e político Monteiro Lopes lançou sua candidatura para deputado do Primeiro Distrito da Capital Federal e, nas eleições de 30 de janeiro, foi sufragado pelas urnas, mas, devido a sua cor, teve a diplomação de seu mandato questionada. O fato repercutiu amplamente e os “homens de cor”, de várias partes do país, mobilizaram-se em solidariedade a Monteiro Lopes. Telegramas e cartas foram dirigidos às autoridades instituídas, uma ação judicial movida, atos públicos convocados e audiências agendadas com chefes políticos estaduais, para lhes solicitar apoio ao reconhecimento do político afro-brasileiro. A mobilização racial surtiu efeito e, no dia 1º de maio, ele foi finalmente proclamado e diplomado deputado federal. De modo surpreendente, Monteiro Lopes converteu-se num ícone dos negros, ou seja, um símbolo da luta por igualdade, direitos e cidadania. Seu mandato, todavia, foi precipitado, pois o político afro-brasileiro faleceu no dia 13 de dezembro de 1910.<sup>49</sup> Passados dez dias, seus “amigos e admiradores” se reuniram na sede da Federação Operária para discutirem a melhor maneira de render homenagens ao “saudosos deputado”. A “numerosa assembleia”, em meio a discursos inflamados, decidiu formar o Centro Cívico Monteiro Lopes, com o propósito deliberado de dar “continuidade política e moral” à obra do seu “malgrado patrono”; fomentar, “manter e estreitar a amizade entre as demais associações da Capital e dos Estados”; “abrir um curso gratuito, para os pobres”; “estabelecer conferências nos dias de festas nacionais e realizar, anualmente, homenagens a José do Patrocínio, Monteiro Lopes e outros ilustres brasileiros”.<sup>50</sup> Montou-se um “diretório central” e foi escolhido Honório Menelik – um “escriturário do Laboratório Nacional de Análise e advogado do Forum” – para presidir a agremiação. Também se aprovou um “regulamento geral” de funcionamento. Com 3 meses de vida, o Centro Cívico Monteiro Lopes já subscrevia “aproximadamente 600 sócios”, de acordo com a estimativa grandiloquente de Honório Menelik.<sup>51</sup> Sua sede foi instalada num sobrado da



rua do Hospício, n. 145, no centro do Rio de Janeiro, porém, em março de 1911, transferiu-se para novo endereço: beco do Rosário, n. 2B.<sup>52</sup> Nessa fase, a agremiação foi palco de uma disputa interna e sofreu críticas públicas. Alguns “homens de cor”, que se reivindicavam “amigos do saudoso deputado Monteiro Lopes”, marcaram uma reunião na sede da União Operária dos Estivadores, para protestar contra a “exploração” daqueles que fundaram o “Centro Cívico Monteiro Lopes, e assim abusam da credulidade dos incautos”.<sup>53</sup> Ao que tudo indica, o protesto não causou impacto, de sorte que a agremiação continuou desenvolvendo suas atividades. Inaugurou as aulas dos “cursos noturnos”, abriu uma biblioteca, sediou palestras, festejou o 13 de Maio, tendo sido o “orador oficial” Evaristo de Moraes; e chegou a contratar um advogado para fazer a defesa das “pretas Maria da Silva e Clemência da Silva”, irmãs, que foram processadas pelo “juízo da 14ª Pretoria, como incursas nas penalidades do art. 303 do Cód. Penal”.<sup>54</sup> O último registro da imprensa sobre o Centro Cívico Monteiro Lopes reporta-se a janeiro de 1912.<sup>55</sup> É bem provável que a entidade tenha tido alguma sobrevida, mas nada que permita pensar em longevidade.

Em 12 de maio de 1921, *A Noite* noticiou que a Associação dos Homens de Cor preparava uma programação especial para comemorar o aniversário da extinção do cativeiro no Brasil. Haveria missa na igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, visita aos túmulos dos abolicionistas, inauguração do “pavilhão social” da associação, na rua 1º de Março, n. 445, no centro do Rio de Janeiro e, à noite, as atividades seriam encerradas com uma sessão solene, na rua Visconde do Rio Branco, n. 53.<sup>56</sup> A Associação dos Homens de Cor (A.H.C.) é mais uma agremiação, de nítida conotação racial, desconhecida da historiografia brasileira. Reunindo (e cruzando) fontes jornalísticas diversas sobre ela, foi possível costurar algumas informações fragmentadas. A A.H.C. costumava organizar festas, excursões, atividades educacionais, palestras, conferências, homenagens, celebrações de missa e atos públicos. Além disso, comemorava as datas cívicas – 7 de Setembro (dia da Independência do Brasil) e 15 de Novembro (dia da proclamação da República) – e, principalmente, aquelas atinentes à história do negro – 28 de Setembro (dia da aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871) e 13 de Maio (dia da promulgação da Lei Áurea, em 1888). “Depois de amanhã”, divulgava *O Paiz*, “grande solenidade em comemoração à libertação dos escravos, promovida pela Associação dos Homens de Cor”. Haveria cerimônia cívica, discursos, homenagens aos líderes abolicionistas e, para desfecho, um baile aos associados e convidados.<sup>57</sup> A agremiação, contudo, destacou-se pela expectativa de participação na vida política

nacional. Aliou-se a políticos de matizes diversos, engajou-se em campanhas eleitorais, apoiou o presidente Artur Bernardes (1922-1926) e foi recebida pelo sucessor dele, Washington Luís (1926-1930). Conforme relatou a *Gazeta de Notícias* de 23 de novembro de 1926: “O Sr. Presidente da República foi procurado ontem pela Associação dos Homens de Cor. S. Ex. recebeu-os fidalgamente, mostrando mais uma vez que não faz questão de cor [na] política. De resto, os pretos também têm o seu Washington notável, Booker Washington”.<sup>58</sup> Não sabemos qual foi a pauta dessa audiência entre a A.H.C. e o presidente da República – esta, aliás, foi provavelmente a primeira vez que um presidente do Brasil se reuniu com representantes de uma entidade negra –, mas certamente ela fez parte do projeto mais amplo da agremiação de cavar espaços na sociedade, ampliar sua rede de relações e alianças, negociar com o poder público e influenciar o destino da nação, tendo em vista o desenvolvimento social, político e cultural dos “homens de cor”. Sem motivação aparente, a A.H.C. se esvaiu do noticiário fluminense em 1928.

Um ano depois, nasceu o Centro Patriótico Treze de Maio, com sede na rua Sacadura Cabral, n. 41. A partir do que foi divulgado pelo *A Noite*, sabemos que, em 13 de maio de 1929, a segunda diretoria da associação tomou posse, ficando assim constituída: Presidente, Irenio Ribeiro da Costa; Vice-presidente, Reynaldo Pereira; 1º Secretário, Rimus Prazeres; 2º Secretário, Procópio Abedé; tesoureiro, Miguel Manhães Barreto; Procurador, Semião Prazeres, e Orador Oficial, João Pereira. A cerimônia de posse foi “solene” e contou com “numerosa assistência”, da qual faziam parte representantes do Conselho Municipal, particularmente o intendente Philadelpho Pereira de Almeida; de associações dos trabalhadores e da imprensa. Discursaram vários oradores. Ao final, “houve danças que se prologaram até tarde da noite”.<sup>59</sup> De acordo com *O Paiz*, o Centro Patriótico Treze de Maio consistia em mais uma “associação de obreiros” do Rio de Janeiro. Seus estatutos previam “vários fins úteis aos associados” e determinavam que “a data em que foi assinada a Lei Áurea fosse anualmente comemorada”. Entre suas prioridades, destacava-se o combate ao analfabetismo. Para tanto, planejava-se fundar, na sede social, uma escola para “menores e adultos de ambos os sexos”, visando “atender sobretudo a população carente que vivia no perímetro do cais do porto”.<sup>60</sup> Mas o Centro Patriótico Treze de Maio não dispunha de recursos. Então Irenio Ribeiro – o principal dirigente da associação – conduziu uma campanha de arrecadação de donativos entre os “negociantes e industriais” da Capital. A campanha deu resultado e a escola foi inaugurada num evento aparatoso, com direito a banda de música, oradores oficiais e preleções acerca dos “fins humanitários da

iniciativa”.<sup>61</sup> A notícia da inauguração repercutiu e cruzou fronteiras. Em São Paulo, *O Clarim da Alvorada* – um periódico da imprensa negra – informou aos seus leitores: o Centro Patriótico Treze de Maio que surgiu, “graças aos esforços de um pugilo de homens de cor”, já está prestando “altos serviços à pátria e à raça”. Um dos “departamentos úteis desta agremiação carioca é a escola D. Gabriela Bensazoni Lage, que conta com um aprimorado corpo docente, e grande número de alunos e alunas”.<sup>62</sup> A nota d’*O Clarim da Alvorada* reveste-se de importância porque revela que o Centro Patriótico Treze de Maio, para além de mais uma “associação de obreiros”, era expressão do associativismo negro no Rio de Janeiro. Assim como as agremiações congêneres, o Centro Patriótico adotou um “pavilhão” e mantinha viva a memória da Lei do Ventre Livre (em 28 de setembro) e, mormente, da Lei Áurea (em 13 de maio).<sup>63</sup> Sua vida, entretanto, foi curta. Ao que parece, não passou do terceiro ano de existência.

#### PARA ALÉM DO ASSOCIATIVISMO AFRO-PAULISTA

Várias pesquisas foram empreendidas sobre o associativismo negro no estado de São Paulo no período da Primeira República. Já para o Rio de Janeiro, esse tema não tem comparecido à agenda dos historiadores. Por que será? É difícil dar uma resposta segura e definitiva, com efeito vale a pena tentar entender essa *ausência*. Lima Barreto não foi o único a acreditar que as “sociedades de homens de cor” do tipo paulista não surgiram no Rio de Janeiro ou mesmo no resto do Brasil. Cientistas sociais respeitados, embora articulando narrativas peculiares, compartilharam em alguma medida as impressões do escritor de “Vila Quilombo”. Em 1939, Arthur Ramos publicou nos Estados Unidos *The negro in Brazil*, livro que mais tarde (1956) foi traduzido e publicado no Brasil com o título *O negro na civilização brasileira*. O antropólogo e médico alagoano argumentava, nessa obra, que o negro tomou parte da vida social e familiar, no Brasil, depois da abolição do cativo. Negros e brancos colaboravam na obra comum de edificação da “nossa nacionalidade”. Os direitos políticos seriam iguais, embora subsistissem as reivindicações de ordem econômica, social e cultural, que teriam um aspecto diverso, de acordo com as regiões do país. Segundo Ramos, houve a “impregnação do negro” na zona litorânea, que se estende do Rio de Janeiro ao Nordeste, de modo que ali a linha de cor seria atenuada, “quase inexistente” e o “problema do negro” seria o mesmo “problema das classes pobres, de nível cultural baixo”. Já nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o negro se sentiria

como uma “minoría oprimida”. De acordo com Ramos, é principalmente em São Paulo, um estado industrializado, que a linha de cor assumia aspectos mais intensos. O negro não era bem recebido na “comunidade branca” e, embora não existisse uma separação no plano legal, o “preconceito de cor” teria se estabelecido na opinião pública. Foi por isso que, em São Paulo, o negro se “arregimentou em associações” que visavam à “afirmação dos seus direitos sociais e políticos em igualdade de condições com os brancos”. O que não teria uma “significação em outros Estados” aflorou em São Paulo como uma “consequência lógica dos preconceitos de cor que lá se formaram”. Resumindo a explicação de Arthur Ramos: é nas regiões Sul e no estado de São Paulo, sobretudo – onde os negros constituíram uma minoria e não foram aceitos pelos brancos – que as organizações em favor dos direitos do negro surgiram depois da extinção do cativeiro. Já no Rio de Janeiro – e no Espírito Santo e em todo o Nordeste – os negros não formavam uma minoria e foram relativamente assimilados à vida social do estado (Ramos, 1971, p.190-191). Assim, se eles não sofreram um problema específico, não haveria a necessidade de criar organizações reivindicativas.

A explicação de Ramos serviu para embasar várias pesquisas subsequentes, inclusive de *scholars* norte-americanos (ver Frazier, 1942, p.294; Morse, 1953), e foi complementada pelos argumentos de Luiz de Aguiar Costa Pinto, no seu livro *O negro no Rio de Janeiro*, de 1952. “Para estudarmos as associações do negro no Rio de Janeiro” – avalia o sociólogo baiano –, “devemos inicialmente fazer uma distinção entre dois tipos de instituições: as que denominamos a) *tradicionais* e as que chamamos b) *de novo tipo*”. Em toda a fase que decorre entre o fim do movimento abolicionista até a terceira década do século XX, a vida associativa do negro no Rio de Janeiro transcorreu dentro dos quadros tradicionais, “sem grandes alterações de função e de estrutura”. Nesse período, argumenta Costa Pinto, o espírito associativo dos “homens de cor” revelou-se quase que exclusivamente no campo religioso, especialmente nas “religiões afro-brasileiras”. Ao lado dessas associações religiosas, das quais se destacaram a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos e a “macumba”, os negros do Rio de Janeiro teriam se associado “em grupos recreativos, como as congadas, ranchos, escolas de samba, ou em jogos, como a capoeira de Angola”. Já as associações negras *de novo tipo* nasceram após a Revolução de 1930 e tiveram sua história ligada às mudanças estruturais da sociedade brasileira. De acordo com Costa Pinto, elas traduziam a “história viva e contemporânea das aspirações, das lutas, dos problemas, do sentir, do pensar e do agir de *brasileiros*, social, cultural e

nacionalmente brasileiros, *eticamente negros*”. Dessa fase, ganharam destaque o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado em 1944, a União dos Homens de Cor (Uagacê) e, em menor escala, a União Cultural dos Homens de Cor. Se, portanto, na primeira fase as associações negras do Rio de Janeiro teriam assumido formas recreativas ou religiosas, assinalando a contribuição do *africano* à estética, à música, à coreografia, à mística, enfim, à *cultura* de *folk* brasileira, na segunda fase as associações teriam assumido um caráter nacionalista, porém reivindicativo, de *grupo de pressão*.<sup>64</sup>

As explicações de Arthur Ramos e Costa Pinto foram aceitas e adotadas pelos historiadores e cientistas sociais sem serem problematizadas ou nuançadas durante décadas.<sup>65</sup> No entanto, pesquisas recentes têm demonstrado novas facetas e dimensões da experiência negra no Rio de Janeiro no contexto da Primeira República.<sup>66</sup> Nem a “linha de cor” ali era praticamente inexistente – como pensava Ramos –, nem as organizações negras que emergiram até 1930 tinham, tão somente, conotações lúdicas e religiosas – como postulava Pinto. O que dizer da Liga dos Homens de Cor, da Guarda Negra, da Associação Beneficente D. Isabel, a Redemptora; da Sociedade Estrela da Redempção, do Club Republicano dos Homens de Cor, da Confederação Brasileira dos Homens de Cor, do Centro Cívico Monteiro Lopes, da Associação dos Homens de Cor? Sem falar no Grêmio Literário Treze de Maio, da Caixa Beneficente José do Patrocínio, do Grêmio dos Homens de Cor e do Centro Patriótico Treze de Maio. Em comum, esses distintos agrupamentos construíram projetos por meio dos quais as pessoas se sentiam parte de um mesmo grupo e se identificavam mutuamente, forjaram solidariedades fluidas e contingenciais, (re)inventaram tradições que alimentavam suas práticas sociais, estabeleceram diálogos entre si e com as agências do Estado e da sociedade civil, enfrentaram contradições em diferentes circunstâncias históricas, sem contudo deixarem de proclamar os interesses sociopolíticos e direitos civis dos “homens de cor” na esfera pública.

Portanto, é escusado dizer que Arthur Ramos e Costa Pinto estavam equivocados. Floresceu no Rio de Janeiro um associativismo negro com bases raciais em vários aspectos semelhante ao paulista no decorrer da Primeira República, de sorte que ali os libertos e seus descendentes erigiram agremiações, tanto de caráter recreativo e religioso quanto de cunho político e social. Retóricas de igualdade racial foram articuladas no bojo de ações coletivas de auxílio mútuo, de plataformas no campo de direitos e cidadania, de negociações em prol de demandas sociais, políticas e culturais, de intervenções nas estruturas formais de poder, em suma, no âmbito de sonhos e expectativas de

inclusão social, reconhecimento e plena participação na vida nacional. Além dos ranchos, dos jongs, das maltas, das irmandades, das *macumbas*, os negros cariocas desenvolveram, se não encamparam, outras modalidades de agenciamento e sociabilidade. Diante da conclusão deste artigo, só nos resta reconhecer a prerrogativa de E. P. Thompson de que “o conhecimento histórico é, pela sua natureza, provisório e incompleto (mas não, por isso, inverídico), seletivo (mas não, por isso, inverídico), limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam essas perguntas)”. Cada pesquisador pode fazer novas perguntas à evidência histórica, ou “pode trazer à luz novos níveis de evidência. Nesse sentido, a ‘história’ (quando examinada como produto da investigação histórica) se modificará, e deve modificar-se, com as preocupações de cada geração” (Thompson, 1981, p.49-51).

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. O “crioulo Dudu”: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). *Topoi*, v.11, n.20, p.92-113, 2010.
- ALBERTO, Paulina L. *Terms of inclusion: black intellectuals in twentieth-century Brazil*. Chapel Hill, N.C.: The University of North Carolina Press, 2011.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, SP: Edusc, 1998.
- ARANTES, Érika Bastos. *O porto negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2010.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Correspondência ativa e passiva*. 1º tomo. São Paulo: Brasiliense, 1956a.
- \_\_\_\_\_. *Correspondência ativa e passiva*. 2º tomo. São Paulo: Brasiliense, 1956b.
- \_\_\_\_\_. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. São Paulo: Brasiliense, 1956c.
- BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: \_\_\_\_\_; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.) *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004. p.95-119.
- \_\_\_\_\_. A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República. In: CHALHOUB, Sidney; CUNHA, Maria Clementina Pereira; AZEVEDO, Elciene; CANO, Jeferson (Org.) *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2009. p.251-269.

- BERGSTRESSER, Rebecca Baird. *The movement for the abolition of slavery in Rio de Janeiro, Brazil, 1880-1889*. Tese (Doutorado) – Stanford University, Stanford, Cal., 1973.
- BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República: liberalismo *versus* positivismo. Brasil: 1870-1900. *Revista USP*, v.17, p.122-135, 1993.
- BUARQUE, Felício. *Origens republicanas: estudos de gênese política*. São Paulo: Edaglit, 1964.
- BUTLER, Kim D. *Freedoms given, freedoms won: afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. Up from slavery: afro-brazilian activism in São Paulo, 1888-1938. *The Americas*, v.49, n.2, p.179-206, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.83-106.
- CASTRO, Celso. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONNIFF, Michael L. Voluntary associations in Rio, 1870-1945: a new approach to urban social dynamics. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v.17, n.1, p.64-81, 1975.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Da tutela ao contrato: “homens de cor” brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. *Topoi*, v.11, n.20, p.114-135, 2010.
- DAIBERT JR., Robert. *Princesa Isabel (1846-1921): a “política do coração” entre o trono e o altar*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes (1867-1910): um líder da raça negra na capital da República. *Afro-Ásia* (UFBA), n.41, p.168-209, 2010.
- DÁVILA, Jerry. *Diploma da brancura: política social e racial no Brasil, 1917-1945*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- DOMINGUES, Petrônio. “Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez e invisibilidade:*



- legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p.127-156.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro (1903-1916)*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2008.
- FRAZIER, E. Franklin. Some aspects of race relations in Brazil. *Phylon*, v.3, n.3, p.294, 1942.
- FREYRE, Gilberto. A escravidão, a monarquia e o Brasil moderno. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.39-48, 1956.
- GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, v.13, n.26, 2009.
- GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- \_\_\_\_\_. No meio das águas turvas – racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte (1888-89). *Estudos Afro-Asiáticos*, n.21, p.75-96, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Do Império à República* [1972]. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. (História Geral da Civilização Brasileira, t. II, v.7).
- LE GOFF, Jacques. O desejo pela história. In: NORA, Pierre. *Ensaio de ego-história*. Lisboa: Ed. 70, 1989.
- LEMOES, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.) *O Brasil Imperial*. v.III (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.401-444.
- MACHADO, Humberto Fernandes. Abolição e cidadania: a Guarda Negra da Redentora. *Passagens*, Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v.5, n.3, p.505-524, 2013.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. 2.ed. São Paulo: Lisa; Rio de Janeiro: INL, 1972.
- MATTOS, Augusto de Oliveira. *Guarda Negra: a redemptora e o ocaso do Império*. Brasília: Hinterlândia Ed., 2009.
- MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) *História do Brasil nação*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (A abertura para o mundo 1889-1930, v.3).
- MATTOS, Ilmar. Do Império à República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.4, p.163-171, 1989.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- \_\_\_\_\_. A República e o sonho. *Varia História*, v.27, n.45, p.121-139, 2011.
- MIRANDA, Clícea Maria Augusto de. *Guarda Negra da Redentora: verso e reverso de uma combativa associação de libertos*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.



- MORAES, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Athena, 1936.
- MORSE, Richard M. The negro in São Paulo, Brazil. *Journal of Negro History*, v.38, n.3, p.290-306, 1953.
- MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *A cor da escola: imagens da Primeira República*. Cuiabá: Ed. UFMT; Entrelinhas, 2008.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910). In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da Cunha; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. p.283-314.
- NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (Org.) *O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.13-44. (O Brasil republicano, v.1).
- ORICO, Osvaldo. *O tigre da abolição*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1931.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Os anjos da meia-noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. *Tempo*, v.19, n.35, p.97-116, 2013.
- PINTO, L. A. Costa. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998 [1952].
- PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. São Paulo, Tese (Doutorado) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897). São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAMOS, Arthur. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1971 [1956].
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade: estudo e análise da Justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. *Tempo*, v.13, n.26, p.101-117, 2009.
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *Guarda-Negra: perfil de uma sociedade em crise*. Campinas, SP: Ed. da Autora, 1990.
- SANTOS, Joel Rufino dos. O negro no Rio pós-abolição: marginalização e patrimônio cultural. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.15, 1988.

- SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEIGEL, Micol. *Uneven encounters: making race and nation in Brazil and The United States*. Durham, NC: Duke University Press, 2009.
- SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “papa-pecúlios” a tigre da abolição*: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, SP, 2006.
- SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D’África, o Príncipe do povo*: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A Guarda Negra: a capoeira no palco da política. *Textos do Brasil*, Brasília: Ministério das Relações Exteriores, n.14, p.50-51, 2008.
- \_\_\_\_\_. Da Flor da Gente à Guarda Negra: os capoeiras na política imperial. In: \_\_\_\_\_. *A negregada instituição*: os capoeiras na Corte Imperial. Rio de Janeiro: Acess, 1999. p.185-245.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TROCHIM, Michael. The Brazilian Black Guard: racial conflict in post-abolition Brazil. *The Americas*, n.3, p.120-143, 1988.

## NOTAS

<sup>1</sup> Ver BUTLER, 1992 e 1998; PINTO, 1993; ANDREWS, 1998; GOMES, 2005; SEIGEL, 2009, p.179-205.

<sup>2</sup> Para estudos sobre a formação e a dinâmica de funcionamento de várias associações voluntárias no Rio de Janeiro nesse período, sem contudo pautar aquelas fundadas por negros, ver CONNIFF, 1975; FONSECA, 2008; BATALHA, 2004 e 2009.

<sup>3</sup> Cf. “Dia a dia”, *Gazeta da Tarde*, 10 jan. 1889, p.1.

<sup>4</sup> “S. Liga dos Homens de Cor”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 abr. 1888, p.4; “Publicações”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 abr. 1888, p.2. Eis como *The Rio News* reportou-se à formação da Liga dos Homens de Cor: “A society to be known as the League of Colored Men has been formed here, the purpose of which is to improve morally and intellectually the black and mixed population. Good luck to it!”. “Local notes”. *The Rio News*, Rio de Janeiro, 5 maio 1888, p.4.

<sup>5</sup> “S. Liga dos Homens de Cor”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 maio 1888, p.4; “Liga dos Homens de Cor”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 maio 1888, p.3, e “S. Liga dos Homens de Cor”. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 27 out. 1888, p.3.

<sup>6</sup> “Monumento”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 maio 1888, p.2.

<sup>7</sup> “Liga dos Homens de Cor”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 ago. 1889, p.4.

<sup>8</sup> “Antonio Luiz do Espírito Santo Castro”. *Carbonário*, Rio de Janeiro, 15 maio 1889, p.2-3.

<sup>9</sup> Sobre a trajetória social de José do Patrocínio e as construções memorialísticas em torno desse personagem, ver ORICO, 1931; MAGALHÃES JÚNIOR, 1972; SILVA, 2006.

<sup>10</sup> *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1888, p.1.

<sup>11</sup> “Crônica de ontem”. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1888, p.2.

<sup>12</sup> “Guarda Negra”. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1889, p.1. Ver também “Os libertos”. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1889, p.1, e “Guarda Negra”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1888, p.2.

<sup>13</sup> José do Patrocínio até ironizava com os níveis de adesão dos negros às formas de governo em disputa no período: “Por uma centena de negros, que proclamam o Sr. Silva Jardim [líder republicano considerado radical] o grande libertador da sua raça, há centenas de milhares, a quase unanimidade dos negros brasileiros, que estão prontos a dar a vida para salvar a coroa de Isabel a Redentora, que foi o berço onde vagiram os seus primeiros filhos livres; e foi por último a sagrada pia em que eles batizaram na religião da liberdade, da igualdade e da fraternidade”. “A intriga”. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1889, p.1.

<sup>14</sup> Sobre a Guarda Negra, ver TROCHIM, 1988; GOMES, 1991; SOARES, 1999; MIRANDA, 2006; MATTOS, 2009; MACHADO, 2013.

<sup>15</sup> “Guarda Negra”. *O Mequetrefe*, Rio de Janeiro, set. 1888, p.7; “A intriga”. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1889, p.1; “Guarda Negra”. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1889, p.3.

<sup>16</sup> No dia 30 de dezembro de 1888, por exemplo, ocorreu um enfrentamento entre os militantes da Guarda Negra da Redemptora e os republicanos fluminenses. Um grupo de cerca de trezentas pessoas, algumas das quais capoeiras, invadiu a “pedradas” e “navalhadas” o prédio da Sociedade Francesa de Ginástica, no Largo do Rocio, a fim de dissolver uma conferência republicana presidida por Silva Jardim. O pânico foi geral. Houve luta a mão armada, tiros de revólveres e tumulto. A polícia teve que entrar em ação e o saldo foi de vários feridos, de ambos os lados. “Graves conflitos”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1888, p.1.

<sup>17</sup> “A Guarda Negra”. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 31 out. 1888, p.1; “Resposta à Guarda Cívica”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 4 fev. 1889, p.2; “A Guarda Negra”. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1889, p.1.

<sup>18</sup> Em artigo na *Gazeta de Notícias*, Clarindo de Almeida, o “Chefe Geral” da Guarda Negra, chegou a assumir que a organização era “monarquista”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1889, p.2.

<sup>19</sup> “Associação Beneficente”. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1888, p.3.

<sup>20</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1888, p.1.

<sup>21</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 jun. 1888, p.3.

<sup>22</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1889, p.2.

<sup>23</sup> “Cortejo”. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 29 jul. 1889, p.3.

<sup>24</sup> SILVA, 1997, p.133. Não foi por acaso que a Vida Nova União da Nação Cabinda – uma sociedade constituída em 1888 por “grande número de africanos da nação Cabinda” – manifestava o imaginário monarquista ardorosamente. Por ocasião da chegada de D. Pedro II ao Brasil após tratamento médico, seus membros foram “incorporados” a São Cristóvão para felicitar “S. M. o Imperador pelo restabelecimento de sua saúde e próspero regresso à pátria”. Foi-lhe oferecido um “lindo ramo de flores artificiais” e entregue um “bem escrito memorial”, no qual se louvava a lei da abolição do cativo: “Oxalá!... não fora essa lei inesgotável da morte, fosse nossa existência duradoura; e fortes como os leões das florestas de nossa terra nos constituiríamos perpétuos guardas de vosso trono e em torno dele seríamos tão valentes como foram nossos filhos no campo da honra em defesa da pátria”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 set. 1888, p.2; *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 set. 1888, p.3; *Il Brasile, Rivista Mensile*, Rio de Janeiro, n.10, 15 out. 1888, p.879; *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1889, p.3. Sobre a concepção monarquista dos negros nesse período, ver ainda SCHWARCZ, 1998, p.14-15.

<sup>25</sup> A respeito da popularidade da Monarquia entre a “população de cor” no Império, consultar FREYRE, 1956, p.39-48; CHALHOUB, 1990, p.179; CARVALHO, 1987, p.29-31.

<sup>26</sup> “13 de Maio”. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 14 maio 1902, p.1.

<sup>27</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 fev. 1889, p.2.

<sup>28</sup> “Festa de gratidão”. *O Brazil*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1891, p.3.

<sup>29</sup> “S. B. Estrella da Redenção”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1893, p.4.

<sup>30</sup> *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1889, p.2. Não há evidências de que Deocleciano Martyr fosse negro. Sua iniciativa de colaborar na fundação do Club Republicano dos Homens de Cor devia-se possivelmente a suas convicções no campo do jacobinismo, ou seja, do republicanismo radical, que pregava a arregimentação e a participação popular, inclusive de ex-escravos, no movimento republicano. A historiadora Suely Robles de Queiroz comenta que Deocleciano Martyr, natural do Rio Grande do Sul, “tinha longa experiência de luta política. Participara no final do Império de várias associações abolicionistas e clubes antimonárquicos, entre os quais o Centro Republicano Lopes Trovão e o Círculo Republicano Brasileiro, por exemplo. Durante a revolta da Armada tomara parte ativa na organização de vários batalhões patrióticos, seguindo com um deles para o Paraná, onde prestou serviços de guerra ... Fundou *A Luta*, *O Clarim*, *O Povo*, jornais de duração efêmera, e colaborou em vários outros de orientação nacionalista, como *O Tempo* e o *Correio do Povo*, do Rio de Janeiro”. No final do governo de Floriano Peixoto, em setembro de 1894, começou a editar *O Jacobino*, que se intitulava um “órgão nativista, noticioso, político e operário, dedicado aos interesses e defesa dos brasileiros e consagrado à causa da República”. Entre os diversos lemas que cercavam o periódico, destacava-se o “Tudo pela Pátria e pela República”. QUEIROZ, 1986, p.86-87.

<sup>31</sup> “Corte”. *A Patria. Organ dos Homens de Cor*, São Paulo, 2 ago. 1889, p.2.

- <sup>32</sup> “14 de Julho”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1889, p.1; “14 de Julho”. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1889, p.2.
- <sup>33</sup> Sobre a ascensão dos debates republicanos e a crise do Império, ver MATTOS, 1989; MELLO, 2007; HOLANDA, 2005.
- <sup>34</sup> “Ao eleitorado republicano dos homens de cor”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1889, p.3.
- <sup>35</sup> *Diário do Commercio*, Rio de Janeiro, 25 set. 1889, p.2.
- <sup>36</sup> Sobre a instalação da República, ver, entre outros, MORAES, 1936; CARVALHO, 1990; CASTRO, 2000; LEMOS, 2009.
- <sup>37</sup> A respeito das diversas concepções e perspectivas de República e cidadanias no período, ver CARVALHO, 1987 e 1998; BRESCIANI, 1993; MELLO, 2011.
- <sup>38</sup> “Homens de Cor”. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 7 dez. 1889, p.3.
- <sup>39</sup> “Quintino Bocayuva”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1890, p.1.
- <sup>40</sup> Sobre a invenção de Tiradentes como herói republicano, ver CARVALHO, 1990.
- <sup>41</sup> “Centenário de Tiradentes”. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 22 abr. 1892, p.2.
- <sup>42</sup> *O Tempo*, Rio de Janeiro, 18 nov. 1893, p.2.
- <sup>43</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1888, p.1.
- <sup>44</sup> *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 15 maio 1899, p.1.
- <sup>45</sup> Para novas pesquisas sobre a luta por direitos no rio de Janeiro no período da Primeira República, ver FONSECA, 2008; RIBEIRO, 2009; PEREIRA, 2013.
- <sup>46</sup> “Associações”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1903, p.3.
- <sup>47</sup> “Confederação Brasileira dos Homens de Cor”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1903, p.3; “Confederação Brasileira dos Homens de Cor”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1904, p.4.
- <sup>48</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1909, p.1; *O Paiz*, Rio de Janeiro, 6 maio 1909, p.6.
- <sup>49</sup> Sobre Monteiro Lopes, ver DANTAS, 2010; DOMINGUES, 2013.
- <sup>50</sup> “Centro Cívico Monteiro Lopes”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1910, p.7; “Centro Cívico Monteiro Lopes”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1910, p.2; “Centro Cívico Monteiro Lopes”. *O Século*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1910, p.3.
- <sup>51</sup> “Centro Cívico Monteiro Lopes”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1911, p.8.
- <sup>52</sup> “Centro Cívico Monteiro Lopes”. *O Século*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1911, p.3; “Centro Cívico Monteiro Lopes”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1911, p.12.
- <sup>53</sup> “Dr. Monteiro Lopes”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1911, p.4.
- <sup>54</sup> “Centro Cívico Monteiro Lopes”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1911, p.11; “Centro Cívico Monteiro Lopes”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1911, p.14; “Centro Cívico Monteiro Lopes”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11 abr. 1911, p.12; “Centro Cívico

Monteiro Lopes”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 maio 1911, p.8; “13 de Maio”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 13 maio 1911, p.3. “Foro”. *O Século*, Rio de Janeiro, 6 jul. 1911, p.2; “Centro Cívico Monteiro Lopes”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1911, p.10.

<sup>55</sup> “Conferências”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1912, p.12; “Aniversário”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1912, p.4.

<sup>56</sup> “Na Associação dos Homens de Cor”. *A Noite*, Rio de Janeiro, 12 maio 1921, p.2.

<sup>57</sup> “Diversões”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11 maio 1928, p.10. Ver também “Associações”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 maio 1928, p.3.

<sup>58</sup> “Papagaios”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1926, p.1.

<sup>59</sup> “Centro Patriótico 13 de Maio”. *A Noite*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1929, p.7.

<sup>60</sup> “Centro Patriótico 13 de Maio”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 17 maio 1929, p.9; “Centro Patriótico Treze de Maio”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 maio 1929, p.10. Sobre as políticas públicas educacionais voltadas para a população negra e carente do Rio de Janeiro nesse período, consultar DÁVILA, 2006.

<sup>61</sup> “Centro Patriótico Treze de Maio”. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 maio 1929, p.5; “Inaugurações”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1930, p.4; “Sua inauguração no dia do padroeiro da cidade”. *Crítica*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1930, p.3.

<sup>62</sup> *O Clarim d’Alvorada*, São Paulo, 13 abr. 1930, p.3.

<sup>63</sup> “Centro Patriótico 13 de Maio”. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 13 maio 1930, p.2; *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 maio 1930, p.2; “O próximo festival do Centro Patriótico Treze de Maio”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 2 set. 1930, p.11; “O grandioso festival do Centro Patriótico Treze de Maio”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 set. 1930, p.11; “Em benefício da escola Gabriela Bensazoni Lage”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 set. 1930, p.10; “Em benefício da escola Gabriela Bensazoni Lage”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 set. 1930, p.10; “Em benefício da escola Gabriela Bensazoni Lage”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 set. 1930, p.11; “Em benefício da escola Gabriela Bensazoni Lage”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 set. 1930, p.10.

<sup>64</sup> PINTO, 1998, p.218-219, 231-232, 242, 246. O livro de Costa Pinto fez parte do projeto UNESCO, um ciclo de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil patrocinado por essa agência internacional no início da década de 1950, que teve significativo impacto no campo das ciências sociais no Brasil.

<sup>65</sup> As assertivas de Arthur Ramos e Costa Pinto foram apropriadas, em maior ou menor grau, por autores diversos. Para não me estender aqui, basta mencionar o que Joel Rufino dos Santos escreve sobre o assunto: “Até 1930, as organizações negras [no Rio de Janeiro] foram quase exclusivamente lúdicas e religiosas. Seu produto tem constituído aquilo que se convencionou chamar ‘cultura da festa’, um conjunto de comportamentos e manifestações lúdicas” (SANTOS, 1988, p.47). Em pesquisa recente, a *brazilianist* Paulina Alberto assevera que os negros do Rio de Janeiro engendraram identidades raciais específicas no contexto pós-abolição. Em virtude disso, pouco desenvolveram ou simplesmente não criaram

formas de associativismo equivalentes às dos negros de São Paulo. ALBERTO, 2011, p.84-87, 159, 161.

<sup>66</sup> Ver NASCIMENTO, 2007; RIBEIRO, 1995; MÜLLER, 2008; ARANTES, 2010; ABREU, 2010; CRUZ, 2010; DANTAS, 2010; DOMINGUES, 2013.

Artigo recebido em 31 de março de 2011. Aprovado em 17 de maio de 2014.